



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Desde 2016 que nada é feito em relação à difícil situação em que se encontra o serviço de pediatria do Hospital do Espírito Santo em Évora. Um serviço com evidente escassez de meios humanos em relação à população que serve e aos cuidados de que esta carece. Apenas o esforço e dedicação dos seus profissionais impediu que se atingisse o ponto de rutura.

Sem preenchimento das vagas geradas pelos profissionais ausentes, sem a admissão de novos médicos capazes de fazer turnos noturnos, a Unidade de Urgência Pediátrica e a Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais assenta o seu funcionamento num reduzido número de profissionais que, conciliando este serviço com as valências de internamento e consulta externa, asseguram cuidados 24h/7 dias por semana. Contudo, não conseguem cumprir os mínimos legais relativos ao número de pediatras existentes para uma prestação de cuidados segura.

A solução encontrada por parte da Administração do Hospital foi uma alteração de nome que implica um retrocesso de duas décadas: em vez de um Serviço de Urgência Pediátrica, que estava disponível para cerca de 26 mil crianças, existe, agora, um balcão adjudicado ao Serviço de Urgência Geral. Este “balcão de pediatria” põe termo à necessidade de presença de um pediatra neste serviço, significando isto que, neste momento, uma criança ou um recém-nascido pode ter a sorte de ser atendido por um pediatra ou pode não ter essa sorte.

Este tipo de opções, desprezando a importância da existência de um Hospital Central no Alentejo devidamente apetrechado numa especialidade tão crítica como a pediatria, demonstra uma falta de consideração pelo direito à saúde destes portugueses, destes alentejanos.

Por tudo isto, urge obter resposta às seguintes questões:

1. Sendo certo que houve diversos alertas desde 2016, que esforços concretos tem empreendido o Governo paracorriger esta situação?
2. Se o problema da carência de recursos humanos foi identificado em 2016, mediatizado em 2018 e se, inclusivamente, em 2019 a equipa de pediatras enviou à Ordem dos Médicos um

- pedido de escusa de responsabilidade profissional por trabalhar em condições que não permitiam o exercício seguro da medicina, por que razão o problema não foi resolvido?
3. Qual será o futuro das mais de 25 mil crianças e recém-nascidos servidos por esta estrutura hospitalar se estes pediatras não conseguirem impedir o encerramento deste serviço, o que se prevê possa acontecer ainda durante o presente mês de outubro?
 4. Representa a renomeação do serviço de Urgência Pediátrica a solução a longo prazo para este problema? Irá esta solução ser estendida aos restantes serviços de urgência nacionais que se encontrem na mesma situação? Ou serão contratados novos profissionais? Se sim, quando?

Na expectativa das vossas respostas breves, apresentamos os nossos
Melhores Cumprimentos

Palácio de São Bento, 13 de outubro de 2020

Deputado(a)s

JOÃO COTRIM DE FIGUEIREDO(IL)